



A NOMINALIZAÇÃO ZERO DO PORTUGUÊS: REVISITANDO A DERIVAÇÃO REGRESSIVA À LUZ DA MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

PORTUGUESE ZERO-NOMINALIZATION:
REVISITING BACKWARD FORMATION
ON THE LIGHT OF DISTRIBUTED MORPHOLOGY

Maurício Resende¹
Universidade Estadual de Campinas

Resumo: O presente artigo propõe uma releitura do fenômeno tradicionalmente chamado de “derivação regressiva” à luz do quadro teórico da Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993) e defende que os nomes que superficialmente se apresentam como uma raiz e uma vogal temática nominal são, na verdade, instâncias de nominalização zero, isto é, de nomes cujo categorizador nominal tem realização fonológica nula. Além disso, este trabalho defende que as nominalizações zero apresentam as mesmas propriedades sintáticas e semânticas das nominalizações cujo sufixo tem realização fonológica. Ademais, seguindo Alexiadou & Grimshaw (2008), este artigo propõe uma tipologia para os nominais zero com base em suas propriedades estruturais e semânticas (sobretudo, com relação à leitura de eventos). Finalmente, o presente trabalho mostra que, ao adotar uma abordagem sintática para a formação de palavras, é possível estender o alcance explanatório de outros fenômenos do domínio das nominalizações e relacioná-los, sem dificuldade, ao fenômeno da nominalização zero.

Palavras-Chave: Derivação regressiva. Nominalização zero. Morfologia Distribuída. Eventos.

¹ Endereço eletrônico: mauri_cio_resende@hotmail.com.

Abstract: *The present paper proposes a review for the so-called “backward formation” on the light of Distributed Morphology framework (HALLE & MARANTZ, 1993) and argues that the nouns superficially seen as a root and a nominal theme vowel are examples of zero-nominalization, that is, nouns whose nominalizer present a null phonological realization. Moreover, this study claims that both zero and overt-affixal nominalizations present the same syntactic and semantic properties (mostly, as regards the event reading). Furthermore, along the lines of Alexiadou & Grimshaw (2008), this paper proposes a typology for zero nominals based on their structural and semantic properties. Finally, the present work shows that, by employing a syntactic approach to word formation, it is possible to extend the explanatory reach on other phenomena within nominal domain and easily relate them to the zero-nominalization phenomenon.*

Keywords: *Backward formation. Zero-nominalization. Distributed Morphology. Events.*

INTRODUÇÃO

O processo de formação de palavras tradicionalmente chamado de “derivação regressiva”, aquele que forma nomes a partir de verbos como *conquista* de *conquistar*, talvez seja, para o português, o processo que apresenta um maior número de controvérsias na literatura, uma vez que a caracterização desse fenômeno dentro de uma abordagem de morfologia baseada em palavras está longe de ser consensual. Não é objetivo deste trabalho apresentar, avaliar ou comparar essas propostas,² mas é importante ter claras as razões dessas divergências para que fique melhor justificada a necessidade de uma proposta alternativa.

O primeiro problema é o de que não é consenso que o que ocorre é, de fato, uma regressão, isto é, muitos trabalhos, como os da tradição gramatical, defendem que, a partir de uma palavra primitiva (como o verbo *perder*) se deriva uma palavra menor (como o nome *perda*) e, por isso, há uma derivação regressiva, no sentido de que há perda de material (morfo)fonológico do vocábulo primitivo em relação ao derivado. Todavia, alguns autores, como Lobato (1995), entendem que a formação desse tipo de nome envolve simplesmente a adição de uma raiz (ou um radical) a uma vogal temática, o que faria com que essa operação morfológica nada tivesse de regressiva. Diferentemente, para Basilio (1980), todos os nomes sem afixos derivacionais fonologicamente visíveis são primitivos em relação aos seus verbos e, portanto, toda derivação é progressiva.

Em segundo lugar, o que alguns trabalhos chamam de “derivação regressiva” contempla, às vezes, mais de uma operação morfológica formadora de palavras, ou seja, a percepção de que certas operações para formar palavras envolvem a perda de material morfofonológico motivou alguns autores a

² Cf. Resende (2016a) para um panorama das propostas desse fenômeno dentro de uma morfologia baseada em palavras.

nomear com esse mesmo rótulo processos morfológicos muito distintos, tais como os que formam *grito* de *gritar*, *responso* de *responsabilidade*, *foto* de *fotografia*, *pós* de *pós-graduação*, *meia* de *meia-entrada* etc.

Uma terceira questão que torna a caracterização desse fenômeno controversa é o fato de que não raramente alguns autores se valem de explicações diacrônicas, como pode ser visto em grande parte das gramáticas normativas e manuais escolares, isto é, a definição sincrônica pouco clara do que seja “primitivo” e “derivado” levou alguns estudiosos a recorrerem à etimologia para decidir, por exemplo, se o nome derivou do verbo ou foi o verbo que derivou do nome.

Uma consequência direta da falta de critérios sincrônicos claros para a determinação da direcionalidade da formação é a impossibilidade de separação entre *nomes morfológicamente básicos* – aqueles que não carregam afixos derivacionais e só apresentam uma leitura nominal – e *nomes deverbiais* – os quais, para alguns autores, apresentam algum tipo de afixo derivacional e disparam uma leitura verbal. Além disso, o estabelecimento de critérios que possibilitam separar nomes deverbiais de nomes morfológicamente básicos, formadores de verbos denominais, determina se essa separação é, de fato, relevante.

Assim, no bojo dessas considerações, o objetivo do presente trabalho é propor uma análise alternativa para a formação de nomes deverbiais – e nomes morfológicamente básicos – que a tradição nomeia “*derivação regressiva*” dentro de um modelo não lexicalista, como o da Morfologia Distribuída (HALLE & MARANTZ, 1993). Como mostrado nas seções que seguem, a adoção de uma teoria não lexicalista em detrimento de uma lexicalista (com uma morfologia baseada em palavras) tem, de imediato, a vantagem de solucionar alguns dos problemas elencados anteriormente, porque, para uma teoria como a da Morfologia Distribuída (MD), eles simplesmente não se colocam.

Além disso, como a presente análise mostra, o tipo de leitura disparada por um nome depende não da direção da formação, mas sim dos tipos de morfemas (isto é, dos núcleos funcionais) contidos em cada uma das estruturas nominais. Adicionalmente, este trabalho mostra que um tratamento antilexicalista é não só mais abrangente, mas também mais elegante no que tange à caracterização desse fenômeno (em adição ao fato de ensejar uma análise muito menos controversa)

Para tanto, este artigo aparece dividido da seguinte maneira: na seção 1, são apresentadas algumas assunções da morfologia lexicalista no que tange aos dispositivos formais empregados para a derivação das palavras e, em seguida, os pressupostos teóricos da MD, comparando as duas abordagens, motivando por que essa teoria é mais econômica e elegante do que aquela por trás das

abordagens de morfologia baseada em palavras. A seção 2 apresenta um refinamento tipológico acerca das diferentes interpretações que os nomes podem disparar e, adicionalmente, de que modo uma proposta dentro da MD pode lidar com cada uma delas. Finalmente, na seção 3, apresenta-se uma maneira de tratar algumas questões empíricas adicionais relacionadas a esse fenômeno, dentro do mesmo modelo.

1. REGRAS DE FORMAÇÃO DE PALAVRAS VERSUS REGRAS SINTÁTICAS

As análises que se valem de uma morfologia baseada em palavras normalmente assumem a existência de um *Léxico*, isto é, um componente gerativo pré-sintático que forma palavras por meio de suas próprias regras e que alimenta a sintaxe com os *itens lexicais* já formados (ou seja, com suas informações fonológicas, sintáticas e semânticas). Nessa perspectiva, em modelos como o de Aronoff (1976), Basilio (1980) e Rocha (1998), itens lexicais já formados servem de base para a aplicação de *regras de formação de palavras* (RFPs); nesse caso, afixos que dão origem a um nome derivado, como ilustrado em (1).

$$(1) [X]_V Y \rightarrow [[X]_V Y]_N$$

O esquema em (1) representa a RFP que forma nomes deverbais em português; nessa representação, a uma base verbal X aplica-se uma regra Y (ou seja, um sufixo), a qual deriva um nome. Naturalmente, em nomes derivados que apresentam um sufixo com conteúdo fonológico, tais como *realização*, *pensamento* e *abertura*, a direção da formação é consensual: trata-se de uma derivação sufixal (progressiva). No entanto, o problema para os então chamados “derivados regressivos”, como já mencionado, é o de que a sua forma fonológica é igual à de um nome morfologicamente básico, no caso, os itens lexicais “primitivos” que não resultam de regras, mas que, por outro lado, podem servir de base para aplicação de regras que formam verbos (denominais), como ilustrado em (2).

$$(2) [X]_N Y \rightarrow [[X]_N Y]_V$$

A representação em (2) esquematiza a formação de verbos denominais, a saber, a uma base nominal X (ou seja, a um nome morfologicamente básico) aplica-se uma regra Y (no caso, morfemas verbais) que têm como resultado (ou produto) um verbo denominal, como *martelar*, *tampar*, *arquivar* etc. A partir dessa implementação teórica, dados pares verbo/nome, como *martelar/martelo* e

perder/perda, não é claro qual é a regra que melhor ilustra a relação (e, em última análise, a direção da formação) entre esses itens.

Trabalhos como Basilio (1980), Gamarski (1988), Lobato (1995) e Rocha (1998, 1999), para citar apenas alguns, descrevem e discutem de maneira aprofundada os critérios para determinar a direção da formação nesses casos e, por essa razão, isso não é feito neste trabalho. De qualquer forma, uma observação que parece mais ou menos consensual (ainda que não isenta de problemas) é a de que nomes derivados de verbos apresentam uma leitura verbal (podendo disparar também uma leitura nominal) e, por outro lado, nomes morfológicamente básicos (e, logo, os que estão na base de verbos denominais) apresentam somente uma leitura nominal.

Na verdade, apresentar “leitura verbal” e/ou “leitura nominal” são denominações bastante vagas que não só não fazem jus ao que, de fato, os nomes denotam, mas também sugerem uma supersimplificação tipológica no que tange às propriedades sintáticas e semânticas dos nomes. Em todo o caso, o que alguns trabalhos tratam por “leitura verbal” se refere ao que muitos linguistas chamam de *leitura eventiva* – cf. Grimshaw (1990), Alexiadou (2001) – isto é, à possibilidade de alguns nomes denotarem *eventos complexos* (com estrutura argumental), assim como os verbos.

Adicionalmente, com “leitura nominal”, remete-se à possibilidade de os nomes denotarem somente *eventos simples* (isto é, sem estrutura argumental) ou nomes comuns; porém, muitos trabalhos já atentaram para nomes que escapam a essa divisão em, apenas, duas classes. Por exemplo, há nomes que denotam o resultado (concreto ou abstrato) de um evento e por isso, têm uma *leitura resultativa* ou participantes de eventos (tais como os agentes) que, mesmo deverbais, denotam conjuntos de indivíduos, como nomes comuns do tipo de *gato, mesa* etc. O Quadro 1³ resume a tipologia dos nomes com relação à sua denotação, inspirado em Grimshaw (1990) e Alexiadou & Grimshaw (2008).

Tipo de nome	Exemplo
nomes comuns	<i>gato, mesa...</i>
eventos simples (sem estrutura argumental)	<i>evento, terremoto...</i>
eventos complexos (com estrutura argumental)	<i>análise dos dados, envio da carta...</i>
resultados (concreto ou abstrato de um evento)	<i>pesquisa, beijo...</i>
participantes (agente, paciente etc.)	<i>assassino, intérprete...</i>

Quadro 1: tipologia dos nomes com relação à sua interpretação

³ É preciso deixar claro, contudo, que o grande problema que subjaz à “ambiguidade no sistema nominal” é justamente o de que nomes com a mesma forma fonológica disparem diferentes leituras a depender do ambiente sintático em que ocorrem. Por essa razão, o Quadro 1 fornece apenas exemplos prototípicos dessas leituras, mas é perfeitamente possível que nomes como *análise* ou *envio*, por exemplo, denotem eventos simples na ausência de estrutura argumental co-ocorrendo com eles.

Assim, a partir do Quadro 1, existem cinco tipos de interpretação que os nomes podem veicular, muito embora os nomes com leitura eventiva, ou seja, os que denotam eventos complexos tenham um comportamento mais “verbal” do que os outros grupos – o que é discutido com maior detalhe a seguir – estabelecendo uma oposição entre nomes de evento complexo e os demais – como já argumentado por Grimshaw (1990). De todo modo, uma mesma forma nominal pode ocorrer em diferentes contextos sintáticos, veiculando leituras distintas, como mostra (3).

- (3) (a) A análise dos dados levou seis meses.
(b) A análise dos dados está em cima da mesa.

Em (3a), *análise* tem uma leitura de evento complexo, como aquela que aparece no verbo *analisar*, por exemplo, mas em (3b) tem uma leitura resultativa, denotando o resultado de um evento (de analisar), comportando-se, sintaticamente, como um nome comum. De qualquer forma, um dos problemas para utilizar essa ambiguidade como critério da direção da formação é que ela ocorre igualmente em nomes com sufixo fonológico visível – nos quais a direção da formação é evidente – como mostra (4).

- (4) (a) A construção de casas neste bairro.
(b) A construção de vidro com detalhes em diamante.

Com base nessas observações, fica claro que a direção da formação não só não é suficiente como também não é determinística para o tipo de leitura que um nome pode veicular. Assim, diferentemente de modelos lexicalistas baseados em palavras, a Morfologia Distribuída defende que o único componente gerativo da gramática é a sintaxe e que tanto palavras quanto sintagmas/sentenças são formados pelo mesmo conjunto de operações (concatenação e movimento); logo, em última análise, as regras que formam nomes deverbais não são RFPs, mas sim, regras sintáticas.

Dentro do quadro da MD, as informações fonológicas, sintáticas e semânticas dos então chamados “itens lexicais” estão distribuídas em três listas, que são acessadas em diferentes momentos da derivação. Segundo Marantz (1997), a lista 1 (o *Léxico estrito*) alimenta a sintaxe com raízes e feixes de traços morfossintáticos/semânticos abstratos (isto é, desprovidos de conteúdo fonológico e de conteúdo semântico não composicional); essa primeira lista fornece ao sistema computacional (a sintaxe) as peças para a formação das estruturas, e este gera palavras, sintagmas e sentenças.

Sob essa perspectiva, mesmo os nomes “morfologicamente básicos”/nomes comuns resultam da concatenação de uma raiz acategorial com um núcleo categorizador. Posteriormente, as estruturas geradas pela sintaxe são simultaneamente enviadas para as interfaces: em PF, a *estrutura morfológica* (MS) realiza operações adicionais (fusão, fissão, empobrecimento, inserção de morfemas dissociados), atendendo, assim, aos requerimentos de boa formação morfológica específicos a cada língua e, em seguida, uma operação denominada *inserção de Vocabulário* atribuí às estruturas geradas pelo sistema computacional a sua informação fonológica, a qual aparece na lista 2 (o *Vocabulário*) juntamente com a informação contextual para a sua inserção.

Simultaneamente, na ramificação em LF, a lista 3 (a *Enciclopédia*) fornece às estruturas o seu conteúdo semântico não composicional, extralinguístico, por meio de instruções contextuais para a sua interpretação. Portanto, diferentemente de modelos lexicalistas nos quais as palavras são os átomos da derivação sintática, na MD, os primitivos sintáticos são as raízes (morfemas lexicais), desprovidas de categoria, e os feixes de traços gramaticais abstratos (morfemas funcionais). Assim, a derivação sintática articula desde morfemas até sentenças – o que ficou conhecido como *estrutura sintática hierárquica por toda derivação* (HALLE & MARANTZ, 1994).

Nesse sentido, se qualquer processo morfológico inicia com a concatenação de uma raiz acategorial a um núcleo categorizador, toda formação de palavras é progressiva (não há derivação “regressiva”); ademais, na MD, as palavras não têm qualquer estatuto teórico, os elementos primitivos são raízes e traços abstratos, e toda estrutura é derivada sintaticamente; logo, nesse modelo, não há o problema da direção da formação, simplesmente porque ele não se coloca.

No bojo dessas asserções, não faz mais sentido falar em “derivação regressiva” e, assim, na esteira de generalizações feitas em Rocha (1999) e Resende (2016a), este estudo argumenta, como mostrado na seção 2, que nomes sem sufixo fonológico visível, mesmo aqueles que denotam eventos, envolvem a concatenação de uma raiz a um nominalizador, com fonologia nula, e, portanto, são instâncias de uma *nominalização zero*. A partir disso, a seção 2 mostra como as diferentes leituras dos nomes podem ser capturadas em um modelo como o da MD.

2. A NOMINALIZAÇÃO ZERO DO PORTUGUÊS

Como foi sugerido na seção anterior, as nominalizações zero apresentam um comportamento muito semelhante ao das nominalizações com sufixos fonologicamente não nulos (sobretudo com relação às leituras semânticas que elas disparam); a respeito disso, operando dentro de um modelo lexicalista,

Rocha (1999) e Resende (2016a) defendem, inclusive, que se ganha certo grau de generalização ao caracterizar a chamada “derivação regressiva” como instância de sufixação zero, já que, dessa forma, todos os nomes derivados de verbos do português resultariam de uma única operação de sufixação: alguns com conteúdo fonológico, outros, não.

Por ora, a critério de exposição, admite-se uma oposição sistemática (como já referido) entre nomes que denotam eventos e outros tipos de nomes, e o mesmo se aplica a nominalizações com sufixo fonologicamente visível. Sob essa perspectiva, o Quadro 2 mostra que se pode estabelecer um paralelismo estrutural entre os morfemas que compõem essas nominalizações.

$\sqrt{\quad}$	v^o	τ	n^o	\mathfrak{J}
$\sqrt{\text{ARBOR}}$	iz	a	ção	\emptyset
$\sqrt{\text{INVEST}}$	\emptyset	i	ment	o
$\sqrt{\text{PED}}$	\emptyset	i	d	o
$\sqrt{\text{FAL}}$	\emptyset		\emptyset	a
$\sqrt{\text{CORT}}$	\emptyset		\emptyset	e
$\sqrt{\text{GRIT}}$	\emptyset		\emptyset	o

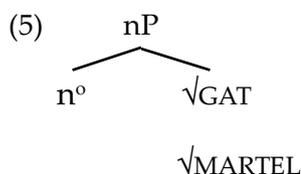
Quadro 2: relação estrutural entre nominalizações afixais e nominalizações zero

O Quadro 2 sugere que a estrutura básica (mínima) de um nome com leitura eventiva em português envolve uma raiz ($\sqrt{\quad}$), um categorizador verbal (v^o) e sua vogal temática (τ), um categorizador nominal (n^o) e uma vogal temática nominal (\mathfrak{J}). A motivação para cada um desses morfemas aparece justificada no decorrer desta seção. Por ora, convém esclarecer por que as nominalizações zero devem ser separadas das nominalizações fonologicamente sufixadas, partindo do princípio de que ambas disparam os mesmos tipos de leitura semântica e (segundo a hipótese defendida no presente trabalho) possuem uma mesma estrutura (morfo)sintática básica.

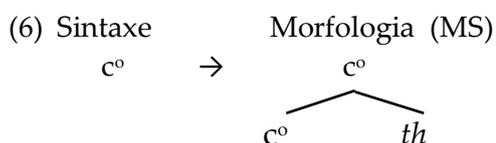
Muitos autores – tais como Brinton (1995), Harley & Noyer (1997), Martin (2010), Alexiadou, Iordăchioaia & Schäfer (2011), Alexiadou & Martin (2012), Rodrigues (2015), Resende (2016b) – mostram que os nominalizadores com realização fonológica, assim como os verbalizadores – Arad (1999), Lemle (2002), Harley (2009) – podem carregar nuances de significado. Sendo assim, o presente trabalho se detém somente nas nominalizações que contêm um nominalizador zero, o qual, por hipótese, não contêm valores adicionais de significado e, logo, faz com que o evento denotado pelo nome tenha as mesmas propriedades do que o evento denotado pelo verbo – cf. Resende (2016c).

Dentro da MD, como já mencionado, qualquer derivação, por mais “básica” que seja, envolve a operação sintática da concatenação de uma raiz a

um categorizador; logo, a formação de nomes envolve a anexação de uma raiz a um categorizador nominal n° , como em (5). Essa estrutura representa a derivação de nomes comuns como *gato* e *mesa*, de nomes que denotam eventos simples⁴ como *terremoto* e ainda dos que formam verbos denominais como *martelo* ou *tampa* (*martelar* e *tampar*, respectivamente).

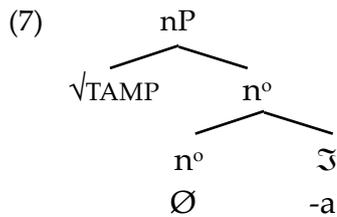


No entanto, a simples concatenação de uma raiz a um nominalizador não é suficiente para gerar as formas esperadas dos nomes em português, isso porque, como defende Oltra-Massuet (1999), as línguas românicas apresentam uma condição de boa formação morfológica que requer a presença de uma vogal temática nos vocábulos. Embick (1997) classifica as vogais temáticas como *morfemas dissociados*, já que não têm relevância sintática nem semântica e, por essa razão, são inseridos apenas em PF. Na esteira de Harris (1999), esse requerimento pode ser expresso por meio de uma regra que projeta uma posição temática (*th*) para cada núcleo funcional presente na sintaxe, conforme o esquema em (6).



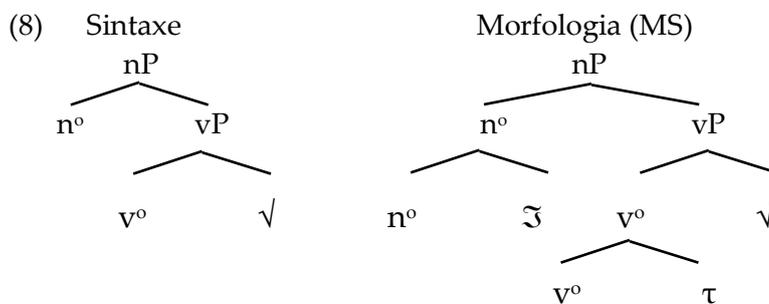
O que a estrutura em (6) ilustra é que para cada núcleo categorizador c° na sintaxe (isto é, n° , v° , a° ...), é projetada uma posição temática em MS. Neste trabalho, a vogal temática verbal é representada por τ , e a vogal temática nominal por $\tilde{\tau}$. A melhor maneira de implementar, dentro a MD, a relação entre as raízes e a vogal temática nominal que elas selecionam é ainda motivo de muito debate na literatura; portanto, por questões de escopo e espaço, esta discussão não aparece contemplada neste artigo – cf. Alcântara (2010) e Resende & Santana (2019) para uma análise do português. Seja como for, à estrutura em (5) é adicionada uma posição temática, em MS, como ilustrado em (7).

⁴ Cf. Resende & Basso (no prelo) para uma análise de nomes sem contraparte verbal que denotam eventos.



Sob essa perspectiva, à primeira vista, poderia parecer que uma estrutura como em (7) seria suficiente para representar qualquer nome da língua. Entretanto, como já mencionado, alguns nomes disparam uma leitura eventiva, isto é, assim como os verbos, algumas nominalizações podem denotar eventos complexos, e essa propriedade deve ser capturada, de alguma forma, na sua estrutura. Mais especificamente, deve haver alguma projeção funcional – um morfema – que dê conta da leitura eventiva dos nomes (além da ocorrência de estrutura argumental) e, ao mesmo tempo, diferencie-a de nomes comuns, como aqueles representados em (7).

Muitos autores, tais como Grimshaw (1990), Picallo (1991), Marantz (1997), Alexiadou (2001), Fu, Roeper & Borer (2001), Alexiadou & Grimshaw (2008), Harley (2009), defendem que a leitura eventiva presente nos nomes pode ser capturada pela presença de uma projeção verbal interna à nominalização; assim, na esteira desses trabalhos, este artigo defende que os nomes com leitura eventiva contêm um vP (ou seja, uma projeção verbal) entre a raiz e a projeção nominal nP, como aparece em (8).



A partir da representação em (8), é possível observar que, mesmo dentro de um quadro como o da MD, é possível falar em “nome deverbal”, isto é, há um momento da derivação em que a estrutura é verbal para, somente em seguida, tornar-se um nome por meio da concatenação a uma projeção nominal. Ainda assim, convém mostrar de que maneira a presença dessa projeção é motivada na análise desse tipo de nome também em português, já que, para a maioria dos nomes com sufixo zero, a realização dessa projeção verbal também é fonologicamente nula.

Grimshaw (1990) entende que a co-ocorrência de alguns nomes com adjetivos como *constante* e *frequente* só é licenciada por uma projeção verbal, uma vez que ela força uma leitura eventiva do nome, quando disponível, o que se observa no contraste entre (9) e (10).

- (9) (a) A frequente/constante análise dos dados.
(b) A compra frequente/constante de livros pela internet.
(10) (a) *O clone frequente/constante de ovelhas.
(b) *A tampa frequente/constante da panela.

Adicionalmente, a autora mostra que nomes com leitura eventiva podem co-ocorrer com advérbios temporais, mas o mesmo não se aplica a nomes comuns ou com nomes com leitura resultativa. Os exemplos em (11) e (12) ilustram esse contraste de gramaticalidade.

- (11) (a) A coleta dos dados ao meio-dia.
(b) O grito da vitória à meia-noite.
(12) (a) *O arranjo das flores às 14h.
(b) *O custo da viagem às 22h30min.

Sob a mesma perspectiva, Fu, Roeper & Borer (2001) alegam que a presença de uma projeção verbal nas nominalizações licencia advérbios de VP, como aparece em (13); por outro lado, com nomes com leitura resultativa ou com nomes comuns, como os em (14), isso não é possível.

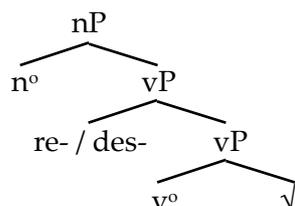
- (13) (a) A entrega do prêmio publicamente.
(b) O envio da carta repentinamente.
(14) (a) *O jogo de cartas rapidamente.
(b) *O tempero da comida calculadamente.

Uma última evidência sintática para a presença de uma projeção verbal na estrutura desses nomes envolve a ocorrência de um PP (agentivo) adjunto com nomes que denotam eventos, mas não com nomes que denotam resultado ou nomes comuns, como atesta a observação de (15) e (16).

- (15) (a) A troca de presentes pelas crianças.
(b) A conquista do prêmio pelo vencedor.
(16) (a) *A culpa da mãe pelo filho.
(b) *A dúvida de matemática pelo aluno.

Finalmente, ainda com relação à existência de um vP na estrutura dos nomes que denotam eventos, Gamarski (1988) mostra que alguns prefixos, tais como *re-* e *des-*, só se adjungem a verbos, e não a nomes. Portanto, o fato de eles ocorrerem com *alguns* nomes é uma evidência de que a sua adjunção é a uma projeção verbal e não a uma nominal, o que aparece ilustrado em (17d).⁵

- (17) (a) *reacarro, *rechave, *descarro, *deschave.
 (b) reencontrar, remontar, desencontrar, desmontar.
 (c) reencontro, remonte, desencontro, desmonte.
 (d)



Assim, com bases em todos os testes apresentados, este artigo defende que os nomes com leitura eventiva contêm um vP em sua estrutura, responsável pelo licenciamento de certas propriedades (vervais), diferentemente do que ocorre com nomes comuns. No entanto, se esta análise estiver na direção correta, ainda falta esclarecer uma questão: a da vogal temática verbal. Conforme (6), para cada núcleo categorizador na sintaxe, projeta-se uma posição temática em MS, o que pode ser visto no Quadro 2 para os nomes deverbais com sufixo que tem realização fonológica. Todavia, segundo o mesmo quadro, a vogal temática verbal está ausente nas nominalizações zero; nestas, aparece somente a vogal temática nominal.

Para dar conta desse impasse, a presente análise alega que a vogal temática verbal é, de fato, projetada em PF, obedecendo, assim, ao requerimento em (6). Não obstante, ela é apagada por meio de uma operação *fonológica* de truncamento que impede que duas vogais átonas fiquem adjacentes em português. Assim sendo, como ilustrado para os dados em (18), uma regra de truncamento como aquela em (19), inspirada em Harris (1974), é responsável por apagar a vogal temática verbal, derivando assim as estruturas nominais esperadas.

⁵ Na verdade, o licenciamento desses prefixos (em nomes e/ou verbos) é bem mais complexo do que esse teste faz parecer à primeira vista. De todo modo, seus desdobramentos não invalidam a generalização empírica feita em (17) e, portanto, eles não aparecem discutidos neste trabalho – cf. Medeiros (2010, 2012) para uma análise completa desses prefixos dentro da MD.

- (18) (a) [$\sqrt{\text{FAL}} \text{v} \emptyset \tau \text{a} \text{n} \emptyset \zeta \text{a}$]_{NP}
 (b) [$\sqrt{\text{CORT}} \text{v} \emptyset \tau \text{a} \text{n} \emptyset \zeta \text{e}$]_{NP}
 (c) [$\sqrt{\text{GRIT}} \text{v} \emptyset \tau \text{a} \text{n} \emptyset \zeta \text{O}$]_{NP}
- (19) [V]_{BV} $\rightarrow \emptyset$ / [[X V]_{BV} V]

A regra fonológica em (19) postula que a vogal da base verbal (BV) é apagada (isto é, se transforma em \emptyset) no contexto de adjacência a uma outra vogal que, no caso de nomes como em (18), é a vogal temática nominal. Vale a pena lembrar que, nesses casos, tanto o núcleo nominalizador n^o quanto o núcleo verbalizador v^o têm realização fonológica zero e, portanto, são opacos para operações fonológicas. Desse modo, a adjacência é, de fato, entre as duas vogais temáticas e, por conta disso, a primeira delas (ou seja, a verbal) é apagada.

Pondo de lado os nomes com leitura eventiva/estrutura argumental, cumpre tecer alguns comentários acerca da estrutura dos nomes com leitura resultativa, já que – embora eles se comportem sintaticamente como nomes comuns, cf. Grimshaw (1990) e Alexiadou (2001) – o que eles denotam é bastante diferente daquilo que é denotado por estes. Por exemplo, ainda que *gato* e *árvore* (nomes comuns) e *análise* e *pesquisa* (nomes com leitura resultativa) se comportem sintaticamente da mesma maneira, nomes que denotam resultado estão mais fortemente relacionados a eventos – pelo menos do ponto de vista semântico – do que os nomes comuns, como pode ser observado em (20).

- (20) (a) A análise dos dados está em cima da mesa.
 (b) O gato está em cima da mesa.
 (c) Uma pesquisa sobre células-tronco com folhas amareladas.
 (d) Uma árvore com folhas amareladas.

Os nomes em (20a) e (20c) apresentam uma leitura resultativa, porque denotam objetos que resultam de eventos de analisar e pesquisar respectivamente; o que não ocorre com (20b) e (20d) – pois *gato* e *árvore* não estão nem sintática nem semanticamente relacionados a eventos – cuja estrutura aparece representada em (7). Sendo assim, dentro de um modelo como o da MD, deve haver alguma projeção funcional/algum morfema que diferencie a estrutura de nomes comuns como *gato* e *árvore* da estrutura de nomes que denotam resultado de um evento como (20a) e (20c).

Arad (2003) sugere que, em alguns pares verbo/nome do inglês e do hebraico, em que ambos têm a mesma realização fonológica, o nome parece ser semanticamente dependente do verbo; por exemplo, para a autora, um beijo é o resultado de um evento de beijar e deve sua existência à atividade de beijar – como o que ocorre em *walk* ('andar') e *roast* ('assar'). Arad entende que,

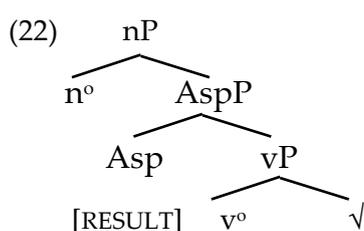
enquanto verbos derivados de nomes comportam a entidade denotada pelo nome, nomes derivados de verbos acarretam a atividade denotada pelo verbo. Nesse sentido, nomes com leitura resultativa também deveriam albergar uma projeção verbal.

Além dessa questão semântica, há um problema de natureza morfológica, a saber, mesmo nominalizações cujo sufixo tem realização fonológica (como *-ção*, *-mento* etc.) apresentam a vogal temática verbal independentemente da leitura que disparam e, naturalmente, a vogal temática verbal só pode ser consequência da projeção da posição temática do núcleo verbalizador. Exemplos desse caso são mostrados em (21).

- (21) (a) A apresentação do livro está com marcas de tinta.
 (b) O medicamento está guardado na prateleira.

As nominalizações em (21) sugerem que mesmo quando a leitura da nominalização não é eventiva, a projeção verbal deve estar presente, o que justifica o aparecimento da vogal temática verbal. A respeito disso, Harley (2009) já havia chamado a atenção para o fato de que os morfemas verbais fonologicamente visíveis presentes em algumas nominalizações do inglês, tais como *-ate* e *-ize*, aparecem mesmo nos casos em que a leitura do nome não é eventiva, como em *decoration* ('decoração') e *nominalization* ('nominalização').

Sendo esse o caso, parece haver evidências de que mesmo quando a leitura do nome é resultativa, existe um vP intermediário. Portanto, ao lado de estruturas como (5) para nomes comuns e (8) para nomes que denotam eventos complexos, esta análise propõe uma terceira estrutura nominal para os nomes que denotam resultado de eventos, como em (22) – inspirado em Alexiadou (2001) e Embick (2003).



Conforme a estrutura em (22), nomes que denotam resultado de um evento derivam da concatenação de uma raiz a um verbalizador seguida da concatenação com um núcleo Asp com a especificação de [RESULTADO], responsável pela leitura de aspecto resultativo do evento denotado por vP. Posteriormente, então, essa estrutura é concatenada com uma projeção nominal, gerando um nome com leitura de resultado. Dadas essas considerações, convém

abordar, finalmente, um último tipo de nominalização zero em português, qual seja, a de participantes, conforme o Quadro 1, como exemplificado em (23).

- (23) (a) governo, guia, vigia, assassino, intérprete, crítico, servo, advinha, visita.
(b) guarda, penetra, músico, médico.

Uma rápida observação dos dados em (23) revela que os nomes em (a) parecem se comportar diferentemente dos nomes em (b), pelo menos, sob um ponto de vista semântico, ainda que ambos os grupos sejam instâncias de nominalização zero. Isso porque, muito embora nomes como *penetra*, *guarda*, *músico* e *médico*, por exemplo, derivem das raízes $\sqrt{\text{PENETR}}$, $\sqrt{\text{GUARD}}$, $\sqrt{\text{MUSIC}}$ e $\sqrt{\text{MEDIC}}$ respectivamente – as mesmas que formam os verbos *penetrar*, *guardar*, *musicar* e *medicar* – estes não apresentam uma leitura agentiva. Mais do que isso, os nomes em (23b) não estão relacionados aos eventos que suas contrapartes verbais denotariam; por exemplo, *guarda* não denota o agente de um evento de guardar assim como *penetra* não significa *aquele que penetra*, o que pode ser visto no contraste entre (24) e (25).

- (24) (a) O menino vigiou aquela caixa, porque ele é o vigia.
(b) #O menino guardou aquela caixa, porque ele é o guarda.
(25) (a) O João é um assassino. Ele assassinou a Maria!
(b) #O João é um penetra. Ele penetrou a festa!

Naturalmente, é válido salientar que os nomes em (23a) possuem algum tipo de nuance semântica adicional em relação à agentividade do evento que denotam, no sentido de que são nomes relacionados a profissões e/ou a cargos – da mesma forma que *guarda* em (23b) – e, como tais, envolvem funções sociais específicas, fazendo com que esses nomes disparem uma noção adicional à de agente (à de volição). De todo modo, à parte da leitura de profissão, o caso é o de que os nomes em (23b) não estão relacionados a *eventos* e, seguindo o que tem sido defendido na presente análise, isso seria resultado da ausência de uma projeção verbal entre a raiz e o nominalizador.

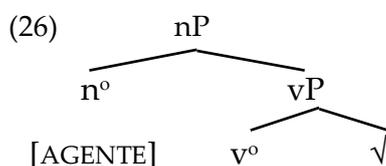
Nessa mesma perspectiva, Alexiadou & Schäfer (2010), ao analisar as diferentes estruturas morfossintáticas/semânticas dos nomes em *-er* do inglês, entendem que um pequeno conjunto desses nomes são nominalizações de raiz – como aquelas em (5) – uma vez que apresentam um significado aparentemente idiossincrático, não são plenamente produtivas e não envolvem uma semântica que depende de uma estrutura argumental; essas diferentes interpretações seriam capturadas pelas entradas enciclopédicas na Lista 3.

Por outro lado, os dados em (23a) são nominalizações (zero) agentivas dos verbos a eles relacionados. Como mostra o Quadro 3, adicionalmente às leituras de evento e resultado, existe um paralelismo estrutural também entre os nomes agentivos, instâncias de nominalização zero e os nomes agentivos cujo nominalizador tem realização fonológica.

$\sqrt{\quad}$	v^0	τ	n^0	\mathfrak{I}
$\sqrt{\text{TRABALH}}$	\emptyset	a	dor	\emptyset
$\sqrt{\text{AJUD}}$	\emptyset	a	nt	e
$\sqrt{\text{ASSASSIN}}$	\emptyset		\emptyset	o
$\sqrt{\text{INTERPRET}}$	\emptyset		\emptyset	e

Quadro 3: relação estrutural entre nominalizações agentivas afixais e nominalizações agentivas zero

Assim como no caso dos nomes com leitura eventiva, convém mostrar com algum detalhe por que os nomes em (23a) contêm uma contraparte verbal, diferentemente do que ocorre para aqueles em (23b). Seja como for, este trabalho alega que a nuance semântica compartilhada pelos nomes em (23a) e pelos em (23b) resulta do fato de que para aqueles, adicionalmente à projeção verbal, o núcleo categorizador também aloca um traço [AGENTE], como pode ser visto em (26).



Sob essa perspectiva, a primeira evidência de que os nomes agentivos eventivos não são nominalizações de raiz vem de um fenômeno discutido por Larson (1995) e Fábregas & Scalise (2012); para esses autores, alguns adjetivos que ocorrem com nomes deverbiais agentivos parecem estar modificando uma fase pré-verbal do nome, mais especificamente o evento, como mostrado em (27) para dados do inglês e (28) para exemplos do português.

- (27) (a) hard worker (= “someone who works hard”).
 (b) #hard worker (= “some worker, who is hard”).
- (28) (a) governo corrupto.
 (b) assassino rápido.
 (c) intérprete habilidoso.

Com relação a (27), *hard worker* denota *alguém que trabalha duro* e não *alguém que é duro como trabalhador*, ou seja, a interpretação preferencial de *hard worker* é aquela em que *hard* ('duro') está modificando *work* ('trabalhar'), a base verbal eventiva – [work]_{v er}_N –, e não o nome *worker* ('trabalhador'), ainda que a outra leitura também esteja disponível. Essa ambiguidade também pode ser vista nos dados do português em (28), em que *governo corrupto* pode denotar tanto um indivíduo que governa e que é corrupto quanto um indivíduo que governa de forma corrupta.

Assim, essa duplicidade no escopo da modificação sugere que a estrutura desses nomes agentivos envolvam um estágio verbal antes do nominal – ou seja, um vP, como em (26), como ilustrado pelas diferentes formas lógicas de *governo corrupto* em (29). Interessante notar que, para nomes não agentivos tais como *pianista* em (30), essa dupla leitura não está disponível, já que a estrutura para *pianista* não envolve uma projeção verbal, a qual estaria no escopo do modificador, caso o sintagma fosse ambíguo; o mesmo se aplicaria a *guarda corrupto*, em que o significado de “alguém que guarda (algo) de forma corrupta” não está disponível.

- (29) (a) $\lambda e \lambda x$ [GOVERNAR(e) \wedge AGENTE(x)(e) \wedge CORRUPTO(x)].
 (b) $\lambda e \lambda x$ [GOVERNAR(e) \wedge AGENTE(x)(e) \wedge CORRUPTO(e)].
- (30) (a) ${}_{np}$ [_vPIAN [_n ist [₃ a]]].
 (b) λx [PIANISTA(x) \wedge CORRUPTO(x)].

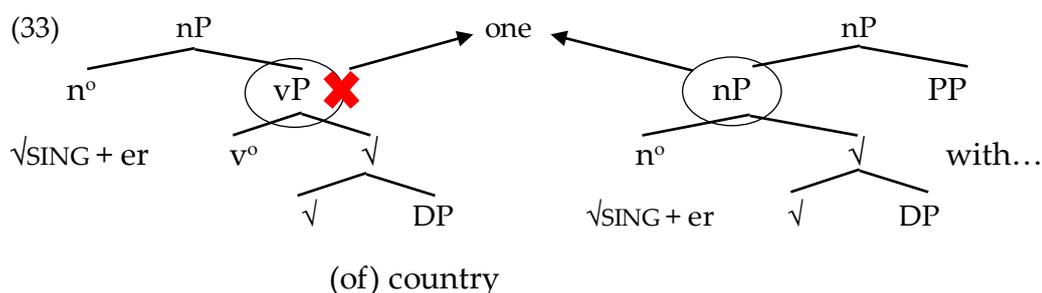
Um segundo argumento em favor da postulação de um estágio verbal para nomes agentivos é fornecido por Johnson (2001). Segundo o autor, alguns processos de elipse do inglês, como aquele mostrado em (31), podem tomar como antecedente somente uma parte da estrutura, e no caso de (31a), uma parte verbal. Vale a pena notar que para nomes como (31b) em que não há um estágio verbal para servir como antecedente, a elipse não está disponível, tornando a sentença agramatical.

- (31) (a) Kim is a great driver and when he does Δ , everybody feels safe.
 (b) *Kim is a great artist and when he does Δ , everybody enjoys it.

Uma última evidência em favor da postulação de uma projeção verbal para nomes como em (23a) vem da assimetria do fenômeno da substituição-*one* discutida, entre outros, por Harley (2005). Tal assimetria pode ser observada no contraste entre (32a) e (32b).

- (32) (a) The singer with brown eyes and the one with long hair.
 (b) *The singer of jazz and the one of country.

Como mostra Harley, a agramaticalidade de (32b) se deve ao fato de *one* ('aquele') não poder substituir uma parte estrutural intermediária entre a projeção máxima, a qual engloba todo o sintagma nominal, e a projeção mínima, a qual deixaria de fora o argumento do nome. Como ilustrado em (33)⁶, a presente análise defende que essa projeção intermediária é um vP e que, como mostra Harley, *one* é substitutivo de um nP. Adicionalmente a isso, este trabalho alega que é justamente a concatenação com uma projeção verbal que licencia a projeção do argumento interno – como já discutido por Alexiadou & Schäfer (2010).



Assim, com base nessas considerações, fica melhor justificada a presença de uma projeção verbal nos nomes agentivos mesmo quando os itens de Vocabulário que realizam essas morfemas sejam zero. Todavia, ao observar (26), é possível constatar que a estrutura proposta para as nominalizações zero agentivas, em termos de núcleos funcionais, é a mesma que a proposta para as nominalizações zero eventivas – como em (8) – e o que as diferencia é a especificação [AGENTE] que o nominalizador alberga. Sendo assim, a inserção de Vocabulário para os nomes agentivos eventivos é aquela em (34), aos moldes de Halle & Marantz (1993).

- (34) Inserção de Vocabulário:
 $n^{\circ}_{[AGENTE]} \leftrightarrow \emptyset / X$, em que $X = \sqrt{\text{ASSASSIN}}, \sqrt{\text{GOVERN}}, \sqrt{\text{INTERPRET}} \dots$
 $\leftrightarrow /nt/ / Y$, em que $Y = \sqrt{\text{FAL}}, \sqrt{\text{ASSALT}}, \text{AJUD} \dots$
 $\leftrightarrow /or/$ demais contextos

3. QUESTÕES ADICIONAIS

Como mostrado na seção anterior, este artigo defende que, no que tange aos nomes exemplificados no Quadro 1, o que se observa superficialmente como uma raiz e uma vogal temática nominal, na verdade, é a realização

⁶ Embora na análise de Harley (2005), *one* substitua um \sqrt{P} .

fonológica de diferentes estruturas morfossintáticas com leituras semânticas distintas. A postulação de diferentes núcleos funcionais morfológicos/sintáticos e de traços gramaticais/semânticos se apresenta como uma proposta muito mais elegante para dar conta do fenômeno da nominalização zero em português. Contudo, adicionalmente às questões já discutidas, cumpre abordar dois últimos problemas empíricos relacionados a esse tipo de nome e, posteriormente, mostrar como um modelo como o da MD lida com eles – em oposição aos que alguns trabalhos propuseram em quadros de morfologia baseados em palavras.

O primeiro deles, mais fortemente discutido por Lobato (1995), envolve a existência de nominalizações zero com leitura eventiva para as quais não há um verbo correspondente. A respeito disso, é preciso lembrar que, como discutido na seção 1, em uma abordagem de morfologia baseada em palavras, para grande parte dos estudiosos que se debruçaram sobre a “derivação regressiva”, a leitura verbal (em última análise, eventiva) contida nos nomes é resultado da direção deverbal da formação, ou seja, o nome apresentar uma leitura de evento é consequência de ele ter derivado do verbo.

Naturalmente, se esse for o caso, fica difícil explicar como nomes como leitura de evento – tais como *tiroteio*, *gargarejo* e *braseio* – não apresentam um verbo corresponde, do qual eles deveriam derivar – **tirotear*, **gargarejar* e **brasear* respectivamente. Lobato discute uma série desses exemplos tais como *alopro*, *ferreio*, *avejo* e *careteja*, entre outros – retirados de *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa – e propõe que a formação desse tipo de nome resulta de uma operação lexical que postula a existência de um verbo potencial na língua e, a partir dele, a projeção de um radical do qual se origina o então derivado regressivo (com uma “leitura verbal”); em seguida, na base desse radical, seria possível igualmente formar o verbo correspondente.

Diante dessa operação proposta por Lobato, fica mais uma vez exemplificado o conjunto de manobras teóricas (e operações *ad hoc*) que os modelos lexicalistas têm que fazer com o intuito de dar conta dos dados. Como já referido, uma série desses impasses teóricos é resolvida naturalmente dentro da MD simplesmente porque, nesse modelo, eles não se colocam. Acerca do fenômeno em questão, na MD, toda a derivação é progressiva e tem como átomos raízes e traços gramaticais/semânticos; a existência de uma palavra não depende da existência de outra; sendo assim, é perfeitamente possível que se forme um nome com leitura eventiva que não dependa da existência de um verbo.

No entanto, como argumentado na seção anterior, a leitura eventiva nos nomes é resultado da presença de uma *projeção verbal* (um vP) entre a raiz e o nominalizador, fazendo com o que nome tenha propriedades verbais – tais

como leitura eventiva e estrutura argumental.⁷ Sendo assim, nomes com leitura eventiva teriam, assim como aqueles já discutidos, a estrutura em (8). Além disso, o fato de o verbo ser ou não formado posteriormente não tem relação direta com a existência do nome, apenas com a existência da raiz e dos núcleos funcionais da Lista 1.

Finalmente, o segundo problema empírico, pouco ou nada discutido dentro do escopo da “derivação regressiva” lexicalista, é aquele em que os nomes envolvem algum tipo de alomorfa em relação à raiz que aparece no seu verbo correspondente, como ilustrado em (35): (a) com leitura de resultado e (b) com leitura de evento.

- (35) (a) excesso/exceder, ofensa/ofender, promessa/prometer, aplauso/aplaudir
convite/convidar, recibo/receber, posse/possuir.
- (b) defesa/defender, queda/cair, parto/parir, riso/rir, morte/morrer,
sorriso/sorrir, fuga/fugir.

Dentro de proposta lexicalistas, os dados que aparecem em (35) nunca são relacionados ao fenômeno da “derivação regressiva”⁸, porque em modelos de morfologia baseados em palavras, uma simples regressão na forma não teria como explicar instâncias de alomorfa. Entretanto, uma rápida observação dos dados revela que (35) também apresenta exemplos de nominalização zero, ainda que a forma da raiz que apareça nos nomes não seja a mesma daquela que aparece nos verbos. De qualquer forma, é preciso mostrar como um modelo como a MD lida com esse tipo de problema empírico, uma vez que sintática e semanticamente os dados em (35) nada tem diferente do que já foi discutido na seção anterior.

Para dar conta da variação na forma fonológica das raízes a depender do seu contexto morfossintático (no caso, se é nome ou verbo), Halle & Marantz (1993) lançam mão de *regras de reajuste fonológico*; estas são operações fonológicas que ocorrem após a inserção de Vocabulário para dar conta das alternâncias morfofonêmicas que ocorrem na forma a depender do contexto em que elas ocorrem, tais como aparecem em (36).

⁷ É possível notar nos exemplos dados inclusive a presença de um verbalizador, já que em casos como *gargar-ej-o*, *caret-ej-a*, *tir-ot-ei-o*, v^o é realizado por /eʒ/ e /ey/.

⁸ À exceção talvez de *fuga*, mas não por uma questão de variação na forma da raiz, mas sim pelo tratamento apressado de *fuga/fugir* como instância de derivação de regressiva, uma vez que a grafia de ambos nome e verbo com a letra “g” mascara a variação alomórfica entre [g] e [ʒ].

- (35) (a) C [-CONT] → [+CONT] / X __ T, em que XC = √PROMESS, √APLAUS...
 (b) C $\begin{bmatrix} -\text{CONT} \\ +\text{VOZ} \end{bmatrix}$ → $\begin{bmatrix} +\text{CONT} \\ -\text{VOZ} \end{bmatrix}$ / Y __ T, em que YC = √OFENS, √EXCESS...

Para exemplificar a variação alomórfica que ocorre em (35), a regra em (36a) postula que uma consoante C com o traço [+CONTÍNUO] se transforma em uma [-CONTÍNUO] no contexto de um verbo (isto é, no contexto de um nó T)⁹, quando ela é a consoante final de um certo conjunto de raízes (por exemplo, o conjunto X), tais como a de *prometer*, *aplaudir* etc.¹⁰ Da mesma forma, a regra em (36b) determina que uma consoante com os traços [+CONTÍNUO, -VOZEADO] se transforma em uma consoante [-CONTÍNUO, +VOZEADO] no contexto de um verbo (novamente, um morfema T), quando ela é a consoante final de um outro conjunto de raízes – o conjunto Y – tais como aquelas que derivam *ofender*, *exceder* etc.

Desse modo, dispendo de regras de reajuste fonológico, é possível estender o alcance do fenômeno da nominalização zero também para casos em que há alomorfia da raiz, ganhando em cobertura empírica e poder de generalização, pois, como argumentado, do ponto de vista sintático e semântico, os nomes em (35) nada diferem daqueles discutidos na seção anterior e, portanto, não há evidências empíricas para afirmar que não dizem respeito ao mesmo fenômeno e/ou à mesma raiz (pelo menos subjacentemente).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve por objetivo analisar o fenômeno da então chamada “derivação regressiva” à luz de uma teoria antilexicalista para a formação de palavras, como a da Morfologia Distribuída. Esta análise mostrou que uma abordagem sintática para a formação de palavras pode não só dar conta de maneira mais elegante das diferentes interpretações que os nomes podem ter, mas também envolver fenômenos empíricos que não são facilmente relacionáveis em modelos lexicalistas. No que tange aos tipos de nominalização zero do português, o Quadro 4 resume a proposta defendida neste trabalho.

⁹ Naturalmente, a formação de verbos envolve também um núcleo verbalizador; no entanto, como esta análise defende que vP é um morfema que também aparece nos nomes, ele não seria o núcleo funcional adequado para servir de contexto para a aplicação da regra. Necessário dizer ainda que questões de localidade estão sendo desconsideradas neste trabalho, mas merecem ser retomadas em trabalhos futuros.

¹⁰ A escolha por determinar que a forma primeira da raiz é aquela que aparece nos nomes e não aquela que aparece nos verbos se dá por razões quantitativas, isto é, a forma que ocorre nos nomes é mais recorrente, já que é a mesma que se vê em alguns adjetivos, tais como *excessivo/excesso/exceder*, *ofensivo/ofensa/ofender* etc.

Interpretação	Estrutura	Exemplo
nome comum/evento simples	$\sqrt{\quad} + nP$	<i>gato, mesa, evento</i>
evento complexo	$\sqrt{\quad} + vP + nP$	<i>envio, fuga, defesa</i>
agente eventivo	$\sqrt{\quad} + vP + nP_{[AGENTE]}$	<i>assassino, guia, vigia</i>
resultado de evento	$\sqrt{\quad} + vP + AspP_{[RESULTADO]} + nP$	<i>convite, ofensa, promessa</i>

Quadro 4: síntese dos tipos de nominalização zero do português

Assim sendo, se a presente análise estiver na direção correta, foi possível mostrar que o fenômeno da derivação regressiva lexicalista é muito mais complexo do que poderia parecer à primeira vista, mas, ao mesmo tempo, pode ser explicado de uma maneira muito mais elegante e abrangente dentro de um quadro como a MD. Naturalmente, algumas questões ficaram em aberto e outras ainda merecem ser melhor exploradas; seja como for, é possível que as generalizações atingidas neste trabalho possam servir de base para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Cíntia da Costa. As classes formais do português brasileiro. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 5-15, 2010.
- ALEXIADOU, Artemis. *Functional structure in nominals: nominalization and ergativity*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- _____; GRIMSHAW, Jane. Verbs, nouns, and affixation. Verbs, nouns, and affixation. *Working papers of the SFB 732*. v. 1. p. 1-16. 2008.
- _____; SCHÄFER, Florian. On the syntax of episodic vs. dispositional -er nominals. In: ____; RATHERT, Monika (Ed.). *The syntax of nominalizations across languages and framewors*. Berlin: De Gruyter Mouton. p. 9-138. 2010.
- _____; IORDĂCHIOAIA, Gianina; SCHÄFER, Florian. Scaling the variation in Romance and Germanic nominalizations. In: SLEEMAN, Antonia Petronella; PERIDON, Harry (Ed.). *The noun phrase in Romance and Germanic*. Amsterdam: John Benajimns. p. 25-40. 2011.
- _____; MARTIN, Fabienne. Competing affixes as aspectual morphemes: the case of deadjectival nominalizations. *Proceeding of the 8th Mediterranean Morphology Meeting*. 2012.
- ARAD, Maia. On little v. *MIT Working papers in Linguistics*. Cambridge, v. 33, p.1-25, 1999.
- _____. Locality constraints on the interpretation of roots. *Natural Language and Linguistic Theory*. v. 21, p. 737-778, 2003.
- ARONOFF, Mark. *Word formation in Generative Grammar*. Cambridge: MIT Press, 1976.
- BASÍLIO, Margarida. *Estruturas lexicais da língua portuguesa: uma abordagem gerativa*. Petrópolis: Vozes, 1980.

-
- BRINTON, Laurel J. The Aktionsart of deverbal nouns in English. In: BERTINETTO, Pier Marco; BIANCHI, Valentina; HIGGINBOTHAM, James; SQUARTINI, Mario (Eds.). *Temporal reference, aspect and acionality*. Tormo: Rosenberg & Sellier. p. 27-45. 1995.
- EMBICK, David. Voice systems and the syntax/morphology interface. *Proceedings of the UPenn/MIT Workshop on aspect, argument structure, and events*. 1997.
- FÁBREGAS, Antonio; SCALISE, Sergio. Morphology's relation to syntax. In: _____. *Morphology: from data to theories*. Edinburgh: University Edinburgh Press. p. 133-151. 2012.
- FU, Jingqi; ROEPER, Thomas; BORER, Hagit. The VP within process nominals: evidence from adverbs and the VP anaphor do-so. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 19, p. 549-582, 2001.
- GAMARSKI, Léa. *A derivação regressiva: um estudo da produtividade lexical em português*. Goiânia: UFG, 1988.
- GRIMSHAW, Jane. *Argument structure*. Cambridge: MIT, 1990.
- HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Keneeth; KEYSER, Jay (Eds.). *View from the word building 20*. Cambridge: MIT Press. p. 111-176. 1993.
- _____. Some key features of Distributed Morphology. *MIT Working papers in Linguistics: papers in Phonology and Morphology*. Cambridge, v. 21, p. 275-288. 1994.
- HARLEY, Heidi. One-replacement, unaccusativity, acategorial roots, and bare phrase structure. *Harvard Working Papers in Linguistics*, v. 11, p. 59-78, 2005.
- _____. The morphology of nominalizations and the syntax of vP. In: RATHERT, Monika; GIANNAKIDOU, Anastasia (Eds.). *Quantification, definiteness and nominalization*. Oxford University Press: Oxford, p. 320-342. 2009.
- _____; NOYER, Ralf. Mixed nominalizations, short verb movement and object shift in English. *Proceedings of NELS*, n. 28. 1997.
- HARRIS, James. Evidence from Portuguese for the elsewhere principle in Phonology. *Linguistic Inquiry*, v. 5, n. 1, p. 61-80, 1974.
- _____. Nasal depalatalization no, morphological well-formedness si: the structure of Spanish word classes. *MIT Working papers in Linguistics*. Cambridge, v. 33, p. 47-82, 1999.
- JOHNSON, Kyle. What VP ellipsis can do, and what it can't, but not why. In: BALTIN, Mark; COLLINS, Chris (Eds.). *The handbook of contemporary syntax theory*. Blackwell: Malden. p 439-479. 2001.
- LARSON, Richard K. Olga is a beautiful dancer. *Winter Meeting of Linguistic Society of America*. New Orleans, 1995.
- LEMLE, Miriam. Sufixos em verbos: onde estão e o que fazem. *Letras*. Curitiba. n. 58. p. 279-324. 2002.

-
- LOBATO, Lúcia. A derivação regressiva em português: conceituação e tratamento gerativo. In: PEREIRA, Cilene da Cunha; PEREIRA, Paulo Roberto Dias (Orgs.). *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. p. 205-230. 1995.
- MARANTZ, Alec. Sem escapatória da sintaxe: não tente fazer análise morfológica na privacidade do seu próprio léxico. *ReVEL*. Porto Alegre, v. 13, n. 24, p. 8-33, 2015 [1997].
- MARTIN, Fabienne. The semantics of eventive suffixes in French. In: RATHERT, Monika; ALEXIADOU, Artemis (Ed.). *The semantics of nominalizations across languages and frameworks*. Berlin: De Gruyter Mouton. p. 109-139. 2012.
- MEDEIROS, Alessandro Boechat de. Para uma abordagem sintático-semântica do prefixo des-. *Revista da ABRALIN*, v. 9, n. 2, p. 95-121, 2010..
- _____. Considerações sobre o prefixo re-. *Alfa*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 583-610, 2012.
- OLTRA-MASSUET, Isabel. On the constituent structure of Catalan verbs. *MIT Working papers in Linguistics*. Cambridge, v. 33, 1999.
- PICALLO, M. Carme. Nominals and nominalizations in Catalan. *Probus*, v. 3, n. 3, p. 279-316, 1991.
- RESENDE, Maurício Sartori. Reconciliando propostas lexicalistas para a derivação regressiva. *Macabéa*. Crato, v. 5, n. 2, p. 53-66, 2016.
- _____. O aspecto lexical dos nomes deverbais. *Via Litterae*. Anápolis, v. 8, n. 1, p. 23-41, 2016.
- _____. A qualidade massa/contável dos nomes deverbais. *Ráido (On line)*. Dourados, v. 10, n. 24, p. 192-202, 2016.
- _____; BASSO, Renato. *Semântica de eventos no domínio nominal: diferenças e semelhanças entre nominalizações e nomes que denotam eventos*. (no prelo).
- _____; SANTANA, Beatriz. Pires. A relação entre raízes, gênero, classe e significado. *Revista da ABRALIN*. s. l. 2019.
- ROCHA, Luiz Carlos Assis. *Estruturas morfológicas do português*. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1998].
- _____. A nominalização no português do Brasil. *Estudos linguísticos*. Belo Horizonte. v. 8. n. 1. p. 5-51, 1999.
- RODRIGUES, Alessandra Soares. Semantic rivalry between affixes: the case of Portuguese nominalizers. *MMM9 Online Proceedings*, p. 134-137, 2015.

Nota do editor:

Artigo submetido para avaliação em: 19 de junho de 2018.

Aprovado em sistema duplo cego em: 08 de janeiro de 2019.